

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

Constitui objeto deste termo de referência, abertura de processo para aquisição de **filtros para trator John Deere**, visando atender a demanda do IDR Paraná, (Londrina-PR/Estação de Pesquisa de Londrina), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo especificado:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Filtro de ar primário (externo) para trator JOHN DEERE 7515 – Código AL-172780 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 289,00	R\$ 289,00
2	Filtro de ar secundário (interno) para trator – Código AL150288 – JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 149,00	R\$ 149,00
3	Filtro de óleo lubrificante para trator – Código RE59754, Rosca 1 ½" x 16 UN-2B - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 67,00	R\$ 67,00
4	Filtro de combustível primário (sedimentador fechado) para trator – WEGA FCD 2213 OU PSD 530 1- JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 49,00	R\$ 49,00
5	Filtro de combustível secundário para trator – CÓDIGO RE62419 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 125,00	R\$ 125,00
6	Filtro hidráulico para trator – CÓDIGO AL203061 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 398,00	R\$ 398,00
7	Filtro transmissão (câmbio/hidráulico) para trator – CÓDIGO AL156625 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 239,00	R\$ 239,00
8	Filtro de cabine (ar condicionado) para trator – CÓDIGO AL177184 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043	1	R\$ 202,00	R\$ 202,00
	Valor total		R\$ 1.518,00	R\$ 1.518,00

– ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- 1) Filtro de ar primário (externo) para trator JOHN DEERE 7515 – Código AL-172780 – Patrimônio nº 26043
- 2) Filtro de ar secundário (interno) para trator – Código AL150288 – JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043

- 3) Filtro de óleo lubrificante para trator – Código RE59754, Rosca 1 ½" x 16 UN-2B - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043
- 4) Filtro de combustível primário (sedimentador fechado) para trator – WEGA FCD 2213 OU PSD 530 1 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043
- 5) Filtro de combustível secundário para trator – CÓDIGO RE62419 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043
- 6) Filtro hidráulico para trator – CÓDIGO AL203061 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043
- 7) Filtro transmissão (câmbio/hidráulico) para trator – CÓDIGO AL156625 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043
- 8) Filtro de cabine (ar condicionado) para trator – CÓDIGO AL177184 - JOHN DEERE 7515 – Patrimônio nº 26043

– DO FORNECIMENTO

A CONTRATADA deverá ter disponibilidade e capacidade de fornecimento do produto em uma única etapa, após a emissão do empenho no quantitativo requisitado, no IDR Paraná Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid KM 375, Bairro Três Marcos, de segunda a sexta-feira, nos horários das 8h30 às 12h00 e das 13h30min às 16h00min.

– JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

Os produtos descritos nesse termo de referência são necessários para substituição de componentes avariados, devido ao uso ao longo do tempo que chegaram ao final de sua vida útil. A não substituição implica em risco de quebra durante a operação do trator com possibilidade de danos severos ao equipamento.

2– PESQUISA DE PREÇOS:

2.1-Cotações de fornecedores;

2.2- A planilha de formação de preços será elaborada e assinada pelo servidor responsável pelo levantamento dos orçamentos.

2.3-O valor total estimado para a eventual contratação é de **R\$ 1.518,00 (Um Mil e Quinhentos e Dezoito Reais)**.

3– CONTRATAÇÃO DE MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1–Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de micro empresas e empresas de pequeno porte.

4– OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE

4.1 - São obrigações do Contratado:

4.1.1- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência e seus anexos (se houverem), acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à:

marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

4.1.2- responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.3- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.4- comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5- manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da compra;

4.2- São obrigações da Contratante:

4.2.1- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

4.2.2- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contidas neste Termo de Referência e os termos de sua proposta;

4.2.3- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do produto adquirido, com as especificações constantes do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.2.4- comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

4.2.5- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão, de servidores especialmente designados ou do requisitante.

4.2.6- efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo e seus anexos;

4.2.7- efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

4.2.8- prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

4.2.9- comunicar oficialmente à CONTRATADA, quando for necessário acrescer ou suprimir o objeto contratado, na forma definida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

4.2.10- A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5- FORMA DE PAGAMENTO

5.1- Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada, observadas as disposições do Termo de Referência.

5.2- Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

5.2.1- Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

5.3- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I =
 $\frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

5.4- O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

5.5- Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos efetivamente adquiridos.

6- REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos em legislação vigente.

7- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

São aquelas previstas em legislação vigente.

Carlos Yukihiro Hayashi
Profissional Especialista – Estação de Pesquisa de Londrina-PR.
(assinado digitalmente)